COMISSÃO DE LICITAÇÃO FLS. RUBRICA MUCAMBO

JULGAMENTO DA DISPENSA

DISPENSA nº 1510.01/2026-CD.
PROC. Nº 1510.01/2026-CD.

A Prefeitura Municipal de Mucambo/Ce, através das Secretaria de Educação, em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados o **JULGAMENTO DA DISPENSA Nº 1510.01/2026-CD**, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DE RALOS, PIAS, CAIXAS DE ESGOTOS E FOSSAS, NAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS A SEREM FEITOS NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO-CE, que nenhuma empresa manifestou interesse no presente objeto durante o peridodo de 15/10/2026 ao dia 20/10/2026. Sendo assim passou-se então para a analise das propostas coletadas inicialmente onde verificou-se o menor valor da empresa **LL CONSTRUÇÕES E HIGIENIZAÇÃO LIMITADA,** inscrita no **CNPJ nº 62.574.444/0001-98**:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	VLR UNIT	VLR TOTAL
1	Serviços de desinsetização e desratização de ralos, pias, caixas de esgoto e fossas nas unidades escolares de Mucambo-CE	m²	22.300	R$ 2,62	R$ 58.426,00

Com valor global de **R$ 58.426,00 (cinquenta e oito mil quatrocentos e vinte e seis reais)**.

Fica a empresa convocada a apresentar os documentos referentes a HABILITAÇÃO no prazo de **5(cinco) dias**. ANEXO I

Outras informações poderão ser obtidas na Sala da Comissão, sito a https://mucambo.ce.gov.br/licitacoes/, no horário das 08h:00 às 12h:00 de segunda a sexta feira.

MUCAMBO CE, 21 de outubro de 2026.

Francisco Orécio de Almeida Aguiar
Agente de Contratação

COMISSÃO DE LICITAÇÃO FLS 37 RUBRICA MUCAMBO

ANEXO I.1 - DOCUMENTAÇÃO

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

I) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial; inclusive com as alterações contratuais, se houver ou da consolidação; Inscrição do ato constitutivo, na hipótese de sociedade civil; Documentos comprobatórios da eleição de seus administradores, no caso de sociedade por ações; Prova da diretoria em exercício, na hipótese de sociedade civil; Decreto de autorização, em sendo o caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país.

II) CÓPIA DE DOCUMENTO OFICIAL COM FOTO E CPF, de Sócio-Administrador ou do titular da empresa, ou presidente da cooperativa, conforme o caso;

REGULARIDADE FISCAL

I) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
III) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.
IV) A comprovação de regularidade para com a **Fazenda Federal** deverá ser feita através da Certidão de regularidade de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), emitidas pela Receita Federal do Brasil na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;
V) A comprovação de regularidade para com a **Fazenda Estadual** deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;
VI) A comprovação de regularidade para com a **Fazenda Municipal** deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal.
VII). Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, através de Certificado de Regularidade de Situação – CRS e;
VIII). Prova de situação regular perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme Lei 12.440/2011.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL

I) **Comprovação de experiência** na execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, por meio de um ou mais "Atestados" e/ou "Certidões" fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado em nome da empresa ou do seu sócio/titular.

QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS
RUBRICA
MUCAMBO

I) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis (DRE) **dos últimos dois exercícios sociais exigíveis**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado na junta comercial da sede da licitante, acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial.
II) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial.

DECLARAÇÃO

I) IX – Declaração da Licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, informando que cumpre a proibição prevista no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. – ou seja, de que **não utiliza trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas**, perigosas ou insalubres, e de trabalho de menor de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, em papel da própria empresa, contendo o carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível. Identificar quem assinou.
II) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.